

Megaeventos esportivos: determinações da economia política, implicações didático-pedagógicas e rumos da formação humana nas aulas de Educação Física

Celi Nelza Zulke Taffarel

Cláudio de Lira Santos Júnior

Welington Araújo Silva

Resumo

Megaevento e esporte são conceituados considerando-se as suas determinações históricas no plano da economia política e um questionamento sobre a escola e o trabalho pedagógico diante dos rumos da formação humana imprimidos nas aulas de Educação Física. Levanta-se a hipótese de que é na organização do trabalho pedagógico que se apresentam os melhores elementos mediadores para alterar sentidos e significados hegemônicos sobre esporte e megaeventos no interior da escola, disputando-se assim os rumos da formação, do projeto político-pedagógico da escola e do projeto histórico, a partir das aulas de Educação Física.

Palavras-chave: esporte; megaevento; aulas de Educação Física.

Abstract

Mega sporting events: determinations of political economy, didactic and pedagogical implications and directions of human development in Physical Education classes

The text defines mega event and sport considering their historical determinations in terms of political economy and questions the school and the pedagogical work against the directions of human formation imprinted in Physical Education classes. It raises the hypothesis that it is the change in the organization

of educational work that presents the best mediators elements to alter hegemonic meanings about sport and mega events within the school, thus disputing the course of training, of the political and pedagogical school project and of the historical project, taking into account Physical Education classes.

Keywords: sport, mega sporting events, Physical Education classes.

58

O esporte competitivo de alto rendimento, o esporte espetáculo (Debord, 1997), em seu atual estágio de desenvolvimento, é a expressão mais avançada do esporte na atualidade. Esse grau de desenvolvimento pode ser detectado nas competições – copas, olimpíadas, torneios e outros eventos nacionais e internacionais – e no rendimento dos atletas. Os megaeventos, no caso dos esportes, são grandes acontecimentos que mobilizam países, governos, suas economias, os atletas e a população em geral, consumidores do espetáculo, que passam a girar, significativamente, em sua órbita. O Brasil foi sede recentemente de dois megaeventos, os Jogos Pan-Americanos (2007) e os Jogos Militares Mundiais (2012), e será sede da Copa das Confederações (2013), da Copa do Mundo de Futebol (2014), das Olimpíadas (2016), das Paralimpíadas (2016) e, provavelmente, dos Jogos Universitários Mundiais em 2018. Esses megaeventos foram chamados para o Brasil em decorrência de forças econômicas e políticas que visam expandir mercados e “aquecer” a economia.

Os megaeventos não apenas dizem de um determinado grau de desenvolvimento do esporte de um país, mas também do seu grau de desenvolvimento econômico, e, uma vez assumida a sua realização, passam a influenciar não somente o emprego de recursos orçamentários públicos, mas os espaços públicos urbanos, a arquitetura urbana, o transporte e a segurança pública, o emprego e a renda, o lazer (Siqueira, 1992) e a educação pública (Uchoas, 2012). Em torno dos megaeventos e das arenas esportivas são criados e desenvolvidos hábitos, costumes e, em especial, a formação de crianças e jovens na escola.

Outros fatores correlacionados ao esporte (Bourdieu, 1990) são os que permitem reconhecer se um país possui ou não um grau de desenvolvimento elevado de sua cultura esportiva. Portanto, podemos reconhecer o esporte e seu desenvolvimento na atualidade por meio da produção e aplicação do conhecimento científico e tecnológico; da formação e atuação em campos de trabalho de profissionais ligados ao esporte; das políticas públicas de Estado e governos; do número de praticantes; do financiamento recebido, seja ele público ou privado; da infraestrutura instalada; das instituições disponíveis, públicas ou privadas; da legislação existente, seja ela municipal, estadual ou nacional; e das propostas de gestão, administração de projetos e programas que incidem nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer, urbanismo, arquitetura, gestão e administração, meios de comunicação, na legislação e no controle social. No que diz respeito à legislação, por exemplo, a Lei Geral da Copa (Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012), que visa cumprir as garantias assumidas

pelo governo brasileiro com a Federação Internacional de Futebol (Fifa – Fédération Internationale de Football Association), promoveu significativa legislação de exceção, na contramão de conquistas históricas da classe trabalhadora (Uchoas, 2012).

O esporte assume, desde a sua gênese, as determinações do modo de produção em que está engendrado, portanto, um poder dominante (Chomsky, 2004). Consequentemente, assume também, enquanto conteúdo de ensino nas escolas, características hegemônicas peculiares. Neste momento histórico, o esporte caracteriza-se predominantemente por:

- servir ao sobrepujar a si mesmo, o seu semelhante e a natureza e demonstrar quem são os mais altos, mais fortes e mais velozes;
- estabelecer índices que limitam a participação dos que não respondem às exigências das modalidades esportivas;
- apresentar exigências técnicas que nem todos executam ou virão a executar, em função de condições psicofísicas e econômicas;
- exigir infraestrutura, vestimentas e equipamentos próprios e apropriados às diferentes modalidades esportivas;
- exigir a superação de recordes, sejam eles individuais ou de equipes;
- exigir dos praticantes que superem os “adversários”, a natureza ou a si mesmos, em busca de recordes, com rigorosíssimos métodos de treinamento, muitas vezes questionáveis pelo comprometimento ético que implicam; e
- exigir domínio e habilidades técnicas e táticas sem as quais não se pratica o esporte.

Mas existem outras características do esporte que não são hegemônicas, como:

- implicar a participação de todos independentemente de condições físicas, econômicas, étnicas, sexuais e culturais;
- não estabelecer como referência o sobrepujar a si, aos adversários e à natureza, mas sim o fruir, o prazer, a alegria;
- enfocar o caráter lúdico da atividade esportiva praticada por todos.

O esporte, com as características hegemônicas, que estará presente nos megaeventos, vem permeando as orientações pedagógicas no trato com o conhecimento na organização do trabalho pedagógico. Portanto, a organização do trabalho pedagógico nas escolas reproduz, não de maneira mecânica, mas por mediações, as características e funções sociais mais gerais que regem o modo de produção e as funções sociais que o esporte desempenha na sociedade capitalista.

O esporte assume para cada ser humano sentidos e significados. Os sentidos pessoais e os significados sociais são construções que decorrem de relações sociais. Logo, o esporte é uma relação social de um tipo especial, porque implica o acervo da cultura corporal historicamente construído, o qual nem sempre é disponibilizado, principalmente para a classe trabalhadora, para a escola, a não ser na forma de fetiche, algo fantasioso que a poucos pertence.

Cabe perguntar: quais são os mediadores para que uma ou outra perspectiva seja hegemônica na escola, imprimindo, assim, os rumos à formação humana, ao

desenvolvimento da personalidade dos estudantes, ao pensamento teórico acerca do esporte no currículo escolar? Também cabe perguntar, fundamentalmente, sobre os rumos da formação humana em um modo de produção da vida baseado na propriedade privada dos meios de produção, no trabalho alienado e subsumido à lógica do capital, sob os auspícios da organização do poder no Estado burguês e no alicerce de um sistema de valores daí decorrente, forjado, concretizado e sustentado na família, nas instituições escolares, nas instituições de trabalho e nas demais instituições, como igrejas, sindicatos, meios de comunicação, forças armadas e outras. Cabe perguntar, ainda: o que fazer para imprimir à formação humana na escola uma perspectiva emancipatória, de superação da sociedade de classes, de superação da subsunção do trabalho ao capital, da superação da alienação humana, quando do trato com o conteúdo esporte no currículo escolar?

Para responder a essas interrogações sobre o esporte em geral e o esporte enquanto conteúdo de ensino na escola, vamos nos valer de estudos já realizados (Stigger, Lovisoló, 2009; Silva, 2007; Erbach, 1979) e em realização que nos permitem defender uma perspectiva de escola, formação humana e trato com o conhecimento esporte na escola.

Os estudos a serem considerados são os que nos permitem identificar a gênese do esporte e, a partir daí, serão observados aqueles que inventariam a Educação Física Escolar e a organização do trabalho pedagógico (Freitas, 1995) dentro de uma perspectiva crítica. Por fim, com base na pedagogia histórico-crítica (Saviani, 1991) e na metodologia crítico-superadora (Coletivo..., 1992), será levantada uma hipótese de trabalho para tratar o esporte na escola, ante as determinações históricas e a lógica que o determina (esporte), enquanto um dos mais relevantes fenômenos da contemporaneidade e, contraditoriamente, de maior capacidade de alienação.

Os seres humanos não nasceram jogando, dançando, praticando esportes (Erbach, 1979). A gênese do esporte, em seu sentido ontológico, está nas atividades humanas que garantiram as condições objetivas da existência, como o trabalho socialmente útil. Antes de tudo, os seres humanos garantiram a sua existência e, portanto, desenvolveram meios de produção e reprodução da vida; atribuíram sentidos e significados às suas práticas. As atividades práticas assumiram sentidos e significados ao longo da história da humanidade de forma a permitir que uma atividade que nasceu por uma necessidade vital de lançar uma pedra, uma flecha ou uma machadinha para garantir o alimento se convertesse, em outras circunstâncias, em uma atividade lúdica, desprovida de finalidade objetiva socialmente útil. Organiza-se, assim, em diferentes modos de produção, considerando diversos interesses dos sujeitos históricos, a área da cultura corporal.

É pelo processo objetivo da atividade humana, movimento da civilização humana e da sociedade como autêntico sujeito do pensamento que se desenvolve o ser social (Kopnin, 1978). O princípio determinante da prática do ser humano como atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual ele faz, produz e transforma seu mundo, humano e histórico, e a si mesmo, é, portanto, o trabalho. “Toda vida social é essencialmente prática” (Marx, Engels, 1987), é esta que coloca em evidência as formas universais do ser, as propriedades e relações universais das

coisas e as materializa nos meios de trabalho criados e nas formas de atividade. Entretanto, a atividade não é uma reação nem um conjunto de reações, é um sistema com estrutura, transições, conversões internas e desenvolvimento, motivo pelo qual não deve ser abstraída da vida da sociedade com suas peculiaridades e particularidades; ela é incluída no sistema de relações sociais, pois não existe em absoluto fora destas. A atividade objetiva gera, além do caráter objetivo das imagens, a objetividade das necessidades, das emoções e dos sentimentos, demonstrando que os fins não se inventam nem se colocam voluntariamente pelo sujeito senão que estão dados nas circunstâncias objetivas. Todavia, a extração e conscientização dos fins não é um processo momentâneo que acontece automaticamente, é um processo relativamente longo de aprovação dos fins pela ação (Leontiev, 1979).

Do vasto universo dessas peculiares atividades da produção não material, consideradas úteis em si mesmas, examinamos algumas como jogo, ginástica, dança, mímica, malabarismo, equilíbrio, trapézio, atletismo e outras do gênero, para procurar seu enquadramento teórico e os direcionamentos práticos para sua inclusão na disciplina escolar Educação Física. Jogo, ginástica, dança, mímica, malabarismo, equilíbrio, trapézio, atletismo, esporte são conceitos historicamente formados na sociedade, por isso existem objetivamente nas formas de atividade do homem e nos resultados delas, quer dizer, como objetos racionalmente criados. Mas o significativo acervo dessas atividades não indica que o homem nasceu saltando, arremessando ou jogando, elas foram construídas em certas épocas históricas como respostas a determinadas necessidades humanas. Entendê-las como atividade não material não significa desencarná-las do processo produtivo que as originou na relação contraditória das classes sociais. Sua complexa natureza, sua subjetividade e as contradições entre os significados de natureza social e os sentidos de natureza pessoal que as envolvem impedem defini-las e explicá-las como “ações motoras” ou “movimento humano” determinado por leis biológicas. Além do mais, a inadequação dessa forma de abordagem objetiva esconde as relações entre a produção de conhecimento e o processo produtivo e as finalidades do seu uso no âmbito escolar, ou seja, pretende esconder as leis sócio-históricas que agem sobre as práticas esportivas e determinam a sua universalização e democratização.

Quando o homem esquia em vertiginoso zigue-zague numa íngreme ladeira, cinde as águas com ágeis braçadas ou em poderosas lanchas, voa graciosamente em asa delta ou livre e ousadamente em trapézios altíssimos, coloca uma bola num ângulo imprevisível da quadra de tênis, permanece no ar desafiando a gravidade numa arriscada pirueta ginástica ou finta sagazmente seu rival com a bola inexplicavelmente colada no seu pé, está materializando em movimentos um conteúdo cujo modelo interior só se determina e define no próprio curso da sua realização. O modelo inicial do qual parte essa atividade prática objetiva impregna-se da subjetividade de sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonistas, competitivos ou outros, que se relacionam com a realidade da própria vida do sujeito que age e com as suas motivações particulares. Desse modo, ele usufrui da sua produção na própria objetivação ou materialização da experiência prática, sendo intrínseca ao valor particular que ele lhe atribui à unidade indissolúvel entre o interior e o exterior,

entre o subjetivo e objetivo. Marx (1983) nos diz que o homem representa, ele próprio, ante a natureza, o papel de uma força natural; ele põe em movimento, pelas suas pernas, braços, cabeça e mãos, as forças de que seu corpo é dotado para se apropriar das matérias e dar-lhes uma forma útil à sua vida. Vê-se, então, que essas atividades não objetivam a “expressão corporal” de ideias ou sentimentos, elas são a materialização de experiências ideológicas, religiosas, políticas, filosóficas ou outras, subordinadas às leis histórico-sociais que originaram formas de ação socialmente elaboradas e, por isso, são portadoras de significados ideais do mundo objetal, das suas propriedades, nexos e relações descobertos pela prática social conjunta. Mas como o homem chegou ao sentido/força do seu ser, da sua disposição corporal – força, velocidade, resistência – para vencer um rival ou valorizar sua própria forma esteticamente?

É interessante buscar pistas para a elaboração de respostas, por exemplo, no processo histórico, na linha do tempo, partindo das formas de relações e produção da vida no período comunal, passando pelo império romano, sem deixar de lado nas análises a referência da sua estrutura fundiária. O ócio nessas sociedades opressoras era – e continua sendo – apenas para as castas privilegiadas que desprezavam o trabalho manual, por isso elas participavam dos jogos, como ocupação nobre, enquanto descansavam da guerra.

A forma atlética dessas atividades envolvia significados agonistas e competitivos que se relacionavam com a realidade da atividade guerreira que aquelas castas realizavam. Observa-se, também, que as mulheres não praticavam atividades agonistas nem presenciavam os jogos. Aos trabalhadores restou a atividade lúdica via imitação competitiva de atividades laborais e/ou bélicas conhecidas pela tradição. O surgimento da atividade reflexiva do homem lhe permitiu modificar as imagens ideais, o projeto das coisas, sem modificar a coisa mesma, desse modo, pôde transformar em jogos essas atividades laborais, essencialmente criadas como objetos de necessidade e de ação. As atividades para atender às necessidades lúdicas e agonistas eram inseparáveis dos objetivos de dominação, pois, no circo e nos jogos de atividades atléticas e agonistas – nos quais se encontram as raízes dos nossos jogos olímpicos –, afirmava-se a dominação ideológica. O objetivo, via entretenimento/diversão, era o de adormecer as consciências e inculcar valores implícitos nos interesses da classe hegemônica.

Entretanto, na execução da atividade é plausível ao homem mudar o caráter das relações entre os objetivos e os motivos que a determinaram, por meio da atribuição de um valor que lhe confere um sentido pessoal que pode ou não coincidir com os significados sociais historicamente a ela outorgados. Isso permite afirmar que essas atividades manifestam a realidade humana, pois exprimem a relação objetiva do homem com os objetos sociais, que, na relação social, adquirem o sentido humano; porém, a relação social dada pela divisão social do trabalho e de dominação do homem pelo homem – *alienação* – (Marx, Engels, 1987; Marx, 1985) as degrada ao caráter de simples atos humanos.

O que caracteriza atualmente a atividade humana em relação ao trabalho continua sendo o seu caráter alienador (Marx, 1983). Para manter tal alienação, que

sustenta a divisão mente e corpo, é necessário que o processo de escolarização continue firmando essa dualidade. A alienação resultante da divisão social do trabalho humano vem sendo assegurada não somente na prática escolar, mas nas abordagens teóricas.

A superação da alienação humana passa necessariamente pela prática concreta do homem em relação ao trabalho e se desenvolve, segundo Mészáros (2002, p. 59), enquanto consciência histórica, quando do enfrentamento de três problemas práticos:

- 1) a determinação da ação histórica, o agir humano;
- 2) a percepção da mudança não como lapso de tempo, mas como um movimento de caráter cumulativo;
- 3) a oposição consciente entre particularidade e universalidade, como síntese, de modo a explicar historicamente eventos relevantes e seu significado amplo que transcende o imediato.

Portanto, a construção de alternativa para o trabalho pedagógico e de produção do conhecimento (Pistrak, 1981), em especial, para tratar na escola dos megaeventos esportivos, deve apontar para a elaboração da teoria como categorias da prática e, a partir da consideração da prática e sua descrição empírica, de um referencial que explique essa prática, na perspectiva da compreensão da sua totalidade, radicalidade e no conjunto, e da elaboração de proposições coletivas, solidárias, alternativas superadoras.

Esse é o enfrentamento para o próximo período, se quisermos agir na linha da superação dos elementos que constituem a contradição de fundo que mantém a maioria excluída do acesso aos bens culturais, entre os quais o esporte, e se quisermos enfrentar a dicotomia entre corpo e mente que ainda orienta a escola brasileira.

A questão de fundo não é a falsa inclusão no universo esportivo e nos megaeventos, mas sim a resistência, a ocupação, a produção, a preservação a partir da determinação responsável e voluntária de produtores associados que tem como elemento regulador, nos planejamentos de baixo para cima do sistema de produção e troca, não as leis do mercado, mas, fundamentalmente, as necessidades vitais do *ser humano*.

O que determina o esporte, em última instância, é a economia política – os megaeventos esportivos a serem realizados no Brasil são expressões disso. Neste contexto, a escola e a Educação Física assumem funções sociais, o que repercute na formação humana. Portanto, as leis gerais que regem o modo de produção, que se expressam na particularidade da educação e na singularidade da organização do trabalho pedagógico, darão rumos à formação humana. Diante disso, levantamos a hipótese sobre a organização do trabalho pedagógico, no trato com o conhecimento, nas aulas de Educação Física, objetivando a elevação da capacidade teórica dos estudantes para tratar do esporte, do seu grau de desenvolvimento, das suas contradições e das possibilidades de superação do hegemônico, a partir da organização do trabalho pedagógico na escola e da disputa pelos rumos do projeto político-pedagógico e do projeto histórico.

Os estudos críticos sobre a escola, a Educação Física e suas funções sociais – elevar a capacidade teórica e desenvolver a personalidade dos estudantes – e as

bases e fundamentos da pedagogia histórico-crítica e da metodologia crítico-superadora são mediadores relevantes para enfrentar a inculcação ideológica para a formação alienada da classe trabalhadora, a partir dos megaeventos e sua consideração no currículo escolar. A formação humana emancipatória, com base na escola capitalista e no esporte de alto rendimento com seus megaeventos, assumida nas aulas de Educação Física, exige, portanto, um aporte teórico-metodológico consistente de base materialista histórico-dialética.

O que vai propiciar, em última instância, que todos os brasileiros encontrem e critiquem o sentido pessoal e o significado social dos megaeventos realizados (ou a serem realizados) no Brasil e, com isso, elevem o lastro cultural esportivo da classe trabalhadora é o acesso e universalização do esporte, enquanto patrimônio da humanidade, socialmente produzido, historicamente acumulado e a ser crítica e criativamente ensinado e praticado, na perspectiva da emancipação humana no interior do currículo escolar.

Enfrentar os problemas educacionais, políticos e ideológicos provenientes da realização de megaeventos construídos por forças econômicas exigirá um aporte teórico que nos permita, com radicalidade, na totalidade e de conjunto, promover a reflexão filosófica necessária e a ação prática imprescindível para alterarmos os rumos na formação dos estudantes brasileiros.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. Programa para uma Sociologia do Esporte. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 207-220.

BRASIL. *Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012*. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970. Diário Oficial da União, 6 jun. 2012 [retificado em 8 jun. 2012]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>.

CAGIGAL, J. M. *Cultura intelectual e cultura física*. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1979.

CHEPTULIN, A. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CHOMSKY, N. *Para entender o poder*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [s. d.]. v. 3.
- ENGELS, F. Ciência e ideologia na história: a situação do historiador marxista. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Marx-Engels: textos escolhidos*. São Paulo: Ática, 1989.
- ENGELS, F. *Anti-Duhring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- ESCOBAR, M. O. (Coord.). *Contribuição ao debate do currículo em educação física: uma proposta para a escola pública*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1989.
- ERBACH, G. et al. *Körperkultur und Sport*. Leipzig: Bibliographisches Institut, 1979.
- FREITAS, L. C. *Crítica da didática e da organização do trabalho pedagógico*. Campinas: Papyrus, 1995.
- ILIENKOV, E. Elevarse de lo abstracto a lo concreto. In: SWEEZY, P. et al. *El capital: teoría, estructura y método*. México: Cultura Popular, 1985.
- KOPNIN, P. V. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LEONTIEV, A. N.; LURIA, A. R.; VYGOTSKY, Lev S. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, USP, 1988.
- LEONTIEV, A. N. *La actividad en la Psicología*. Habana: Pueblo y Educación, 1979.
- LEONTIEV, A. N. *Actividad, conciencia, personalidad*. Habana: Pueblo y Educación, 1981.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril, 1983. v. 1.
- MARX, K. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. In: FERNANDES, F. (Org). *Marx/Engels: história*. São Paulo: Ática, 1985.
- MARX, K. Teoria e processo histórico da revolução social (Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política). In: FERNANDES, F. (Org). *Marx/Engels: História*. São Paulo: Ática. 1989.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MÈZÁROS, I. *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, Unicamp, 2002.
- PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.
- SIQUEIRA, J. Fundamentos para uma política cultural. *Princípios*, São Paulo, n. 25, p. 61-65, maio/jul. 1992.

SILVA, M. (Org.). *Esporte, educação, Estado e sociedade*. Chapecó: Argos, 2007.

STIGGER, M.; LOVISOLO, H. (Orgs.). *Esporte de rendimento e esporte na escola*. Campinas, SP: Autores Associados. 2009.

UCHOAS, Leandro. Impactos da Copa de 2014: o que rola nas 12 sedes do Mundial de Futebol. *Caros Amigos*, v. 16, n. 181, p. 10-15, abr. 2012. Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/anuncie/183-revista/edicao-do-mes/1673-edicao-181-editorial-e-sumario>>.

Celi Nelza Zulke Taffarel, doutora em Educação pela Unicamp, é professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA).
taffarel@ufba.br.

Cláudio de Lira Santos Júnior, doutor em Educação pela UFBA, é professor adjunto da FACED/UFBA.
clira@ufba.br.

Wellington Araújo Silva, doutor em Educação pela UFBA, é professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).
wellingtonaraujo@uol.com.br

66

Recebido em 11 de setembro de 2012.
Aprovado em 18 de fevereiro de 2013.